

RECLAMAÇÃO Nº 37.681 - SP (2019/0085248-0)

RECLAMANTE : MUNICIPIO DE TABOAO DA SERRA
ADVOGADOS : MARCO AURÉLIO FERREIRA DOS ANJOS - SP139636
JOEL NEY DE SANCTIS JUNIOR - SP076061
ALEX ARAUJO DOS SANTOS - SP303924
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : ELIAS POLITI

DECISÃO

Trata-se de Reclamação apresentada pelo MUNICIPIO DE TABOAO DA SERRA com fundamento no art. 105, I, f, da Constituição Federal e 988 do CPC/2015, em face do acórdão proferido pela 14ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, abaixo ementado, *verbis*:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Execução fiscal – IPTU – Acolhimento de exceção de pré-executividade, para reconhecer a ilegitimidade passiva e declarar extinta a execução fiscal em relação ao excipiente – Admissibilidade – Alienação de imóvel por meio de escritura pública levada a registro – Ilegitimidade passiva do excipiente configurada – Decisão mantida – Recurso Desprovido.

A reclamante argumenta, em síntese, que a decisão vai de encontro à decisão proferida no REsp 1.110.925/SP. Sustenta o reclamante que a decisão do STJ consagra a inviabilidade de exceção de pré-executividade para discutir a legitimidade passiva nos processos de execução fiscal.

É o relatório. Decido.

Inviável o conhecimento da presente reclamação.

A hipótese dos autos, qual seja, a análise da legitimidade passiva na execução fiscal, tendo como fundamento a alienação prévia do bem imóvel objeto da exação, não caracteriza a matéria tratada no REsp 1.110.925/SP.

No julgamento do referido paradigma (REsp 1.110.925/SP), proferido sob o rito do art. 543-C, do CPC/1973, a Primeira Seção deste Superior Tribunal de Justiça analisou e decidiu sobre a admissibilidade do incidente quando o nome do sócio da empresa executada consta na CDA, restando assentado que nessa hipótese não é cognoscível a exceção. Tal situação discrepa, inteiramente, da abordada no presente feito.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, a, do RI/STJ, não conheço da reclamação.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 02 de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

